

Educando para Resistir: a Educação Matemática como Ferramenta de Resistência e Conscientização Racial

Anna Júlia Mendes Ribeiro (IFPB, Campus Patos), Heytor de Queiroz Marques (IFPB, Campus Patos).

E-mails: julia.ribeiro@academico.ifpb.edu.br, heytor.marques@ifpb.edu.br.

Área de conhecimento (Tabela CNPq): 7.08.00.00-6 Educação.

Palavras-chave: Racismo Estrutural; Direitos Humanos; Educação Antirracista; Educação Matemática; Educação Matemática Crítica.

1. Introdução

A sociedade brasileira está historicamente estruturada por relações de poder que se sustentam na lógica do racismo, herança direta do processo colonial, da escravização e da construção de um projeto de nação excludente, que persiste até os dias atuais. Como define Almeida (2019), o racismo não é um desvio moral ou uma prática isolada, mas um componente estrutural que organiza as dinâmicas econômicas, sociais, culturais e políticas, funcionando como uma tecnologia social de opressão e controle.

Essa estrutura racializada naturaliza desigualdades, hierarquiza corpos e legitima a negação de direitos a determinados grupos, especialmente às populações negras e indígenas. Para Mbembe (2016), essa lógica não apenas nega a cidadania plena, mas também produz formas de necropolítica, nas quais determinados corpos são considerados descartáveis, condenados à precarização ou à morte social e física.

No campo educacional, o racismo se manifesta de forma perversa, tanto na ausência de representatividade nos currículos, quanto na manutenção de práticas pedagógicas que silenciam, distorcem ou marginalizam os saberes e as histórias das populações negras e periféricas. Segundo Silva (2004) e Apple (2006), o currículo não é neutro, mas um campo de disputa, onde determinados conhecimentos são legitimados e outros são sistematicamente excluídos, reforçando as estruturas de dominação.

Especificamente no ensino da Matemática, essa dinâmica se expressa na falsa ideia de neutralidade e universalidade da disciplina, que ignora os contextos culturais, sociais e históricos dos sujeitos que aprendem. D'Ambrosio (2004) e Skovsmose (2007) alertam que essa suposta neutralidade serve, muitas vezes, para reproduzir uma lógica de exclusão, ao não considerar as epistemologias dos povos africanos, indígenas e de outros grupos historicamente marginalizados.

Diante desse contexto, este trabalho busca discutir como a Educação Matemática pode se constituir como uma ferramenta de resistência e conscientização racial, articulando as perspectivas da Educação em Direitos Humanos, da luta antirracista e do conceito do “educar para o nunca mais” (Candau, 2010). Parte-se do princípio de que é papel da escola, e particularmente do ensino de Matemática, não apenas desenvolver competências técnicas, mas também formar sujeitos críticos, conscientes, capazes de reconhecer as dinâmicas de opressão e de atuar na transformação da sociedade.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é investigar como a Educação Matemática, orientada por uma abordagem crítica e antirracista, pode contribuir para a construção de uma identidade racial positiva, para a promoção dos Direitos Humanos e para a desconstrução das estruturas racistas presentes no contexto educacional brasileiro.

2. Materiais e métodos

Esta pesquisa possui abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada na realização de uma revisão integrativa da literatura. A escolha dessa metodologia visa proporcionar uma análise ampla, reflexiva e crítica sobre o estado da arte nas discussões que envolvem Educação Matemática Crítica, Educação em Direitos Humanos, currículo, relações raciais e antirracismo. Conforme orientam Fonseca (2002) e Soares et al. (2010), a revisão integrativa permite sintetizar e analisar resultados de pesquisas anteriores, promovendo uma compreensão aprofundada sobre o tema e suas intersecções.

Para isso, foram selecionados livros, artigos científicos e documentos oficiais que dialogam com autores fundamentais como D'Ambrosio (2004), Skovsmose (2007), Candau (2010, 2014), Almeida (2019), Schwarcz (1993, 2019), Munanga (1998) e Araújo (2010). A delimitação do corpus buscou priorizar publicações que abordam as relações étnico-raciais no contexto educacional, a construção do currículo, as práticas pedagógicas antirracistas e os fundamentos teóricos da Educação Matemática Crítica e da Etnomatemática. A análise foi conduzida por meio da

identificação de convergências, desafios e possibilidades apontadas na literatura, visando compreender como essas discussões podem ser operacionalizadas no ensino de Matemática.

3. Resultados e discussão

Os resultados da análise teórica evidenciam que o racismo, enquanto fenômeno estrutural, está profundamente enraizado nas práticas institucionais, inclusive nas educacionais. A naturalização da ideia de que a Matemática é neutra e universal colabora com a manutenção das desigualdades, ao ignorar os contextos socioculturais dos estudantes (D'Ambrosio, 2004; Araújo, 2010).

O currículo escolar, segundo Apple (2006) e Silva (2004), funciona como um campo de disputa ideológica, no qual determinados saberes são legitimados em detrimento de outros. Na Matemática, isso se traduz na exclusão de epistemologias africanas, afro-brasileiras e indígenas, reforçando uma lógica eurocêntrica que impacta diretamente a identidade e a autoestima dos estudantes negros (Santos Souza, 2000; Munanga, 1998).

Nesse contexto, a Educação Matemática Crítica oferece uma alternativa potente, pois, como defende Skovsmose (2007), permite transformar a sala de aula em um espaço de reflexão, problematização e ação social. Ao incorporar análises estatísticas sobre desigualdades raciais, mapas de distribuição socioeconômica e gráficos sobre violência e encarceramento da juventude negra, a Matemática deixa de ser um conhecimento descolado da realidade e se torna instrumento de leitura crítica do mundo.

Discutir, por exemplo, a distribuição de renda entre grupos étnicos no Brasil por meio de tabelas, propor a análise de gráficos sobre a letalidade policial nas periferias ou desenvolver problemas que envolvam dados sobre desigualdades educacionais entre brancos e negros são práticas que dão concretude a essa proposta. Esse tipo de abordagem não apenas desenvolve competências matemáticas, mas também fomenta a construção de uma consciência crítica, estimulando os estudantes a reconhecerem e questionarem as desigualdades presentes na sociedade.

Aliada à perspectiva do "educar para o nunca mais" (Candau, 2010), a prática pedagógica passa a incorporar o exercício da memória histórica, evitando que as injustiças e violências do passado sejam apagadas ou reproduzidas. O ensino da Matemática, nesse modelo, não apenas desenvolve competências técnicas, mas também promove o fortalecimento da identidade negra, questiona as relações de poder e incentiva a participação ativa dos estudantes na transformação da sociedade.

Esse processo exige, contudo, uma mudança epistemológica e curricular. Não se trata de acrescentar conteúdos pontuais sobre cultura afro-brasileira, mas de reconfigurar a lógica do ensino, incorporando a valorização de saberes diversos, a crítica ao racismo estrutural e o compromisso com os Direitos Humanos como princípios norteadores da prática pedagógica.

4. Considerações finais

Conclui-se, então, que a Educação Matemática, quando orientada por uma perspectiva crítica, antirracista e fundamentada nos Direitos Humanos, torna-se uma potente ferramenta de resistência e transformação social. Possui um potencial transformador significativo. Mais do que ensinar fórmulas e algoritmos, trata-se de educar para a cidadania, para a equidade e para o enfrentamento das opressões.

Ao adotar uma prática pedagógica fundamentada no "educar para o nunca mais", a Matemática se converte em espaço de resistência, memória e luta, contribuindo para que os estudantes reconheçam suas identidades, compreendam as dinâmicas de opressão e se tornem sujeitos capazes de intervir na realidade.

Este estudo reforça, portanto, a urgência de uma transformação curricular que abandone a falsa neutralidade dos saberes e assumam um compromisso ético e político com a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática. A Educação Matemática, nesse cenário, deixa de ser um território exclusivamente técnico para se tornar um campo fértil de resistência, conscientização e justiça social.

Referências

- ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- APPLE, M. W. **Ideologia e currículo**. São Paulo: Artmed, 2006.
- ARAÚJO, A. C. **História da África e dos africanos: ensino e pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- CANDAU, V. M. **Memória, identidade e compromisso com os direitos humanos**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- CANDAU, Vera Maria. Educação escolar, cultura(s) e violência(s): desafios contemporâneos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 56, p. 169-184, 2014.
- D'AMBROSIO, U. **Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FONSECA, José. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SANTOS SOUZA, N. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SKOVSMOSE, O. **Educação matemática crítica: a questão do sujeito**. Campinas: Papyrus, 2007.

SOARES, C. B. et al. Revisão integrativa: conceito e metodologia. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 44, n. 4, p. 1021-1026, 2010.